

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Resumo: Entendendo, com Deleuze e Guattari, que “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica”, considera-se que a discussão política encontra aporte na dimensão plural do molar e molecular, entre a macro e micropolítica, pois ambas coexistem. Embora haja coexistência da macro e micropolítica, este artigo apresenta uma breve análise documental da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e do Programa “Educar pra Valer”, adotado pelo município de Vila Velha – ES, no contexto de uma macropolítica que se pauta em um sistema de produção do mundo capitalista, que busca controlar e moldar a formação para a adequação às demandas do mercado, pautadas por competências e habilidades. Assim, parte-se da seguinte problematização: as políticas de formação continuada podem ser entendidas como máquina de rotação que (com)formam e produzem sujeição social e servidão maquínica? Os intercessores teóricos da Filosofia da Diferença convidados para fazer parte desta análise são Deleuze, Guattari, Lazaratto, dentre outros, que ajudam na argumentação de como as políticas de formação continuada agem na tentativa de bloquear processos de singularização e instauram processos de individualização no interior da produção de subjetividade capitalística, da sujeição social e da servidão maquínica.

Palavras-chave: Macro-micropolítica. Formação continuada. Sujeição social e servidão maquínica.

1

Continuing training amid the devices of social subjection and mechanical servitude

Abstract: Understanding, with Deleuze and Guattari, that “everything is political, but all politics is at the same time macropolitics and micropolitics”, it is considered that political discussion finds support in the plural dimension of the molar and molecular, between macro and micropolitics, as both coexist. Although there is a coexistence of macro and micropolitics, this article presents a brief documentary analysis of the Common National Base for the Continuing Training of Basic Education Teachers (BNC-Formação Continuada) and the “Educar pra Valer” Program, adopted by the municipality of Vila Velha – ES, in the context of

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

a macropolitics that is based on a production system in the capitalist world, which seeks to control and shape training to adapt to market demands, based on skills and abilities. Thus, the starting point is the following problematization: can continuing education policies be understood as faciality machines that (with)form and produce social subjection and mechanical servitude? The theoretical intercessors of the Philosophy of Difference invited to take part in this analysis are Deleuze, Guattari, Lazaratto, among others, who help in the argument of how continued education policies act in an attempt to block processes of singularization and establish processes of individualization within the production of capitalistic subjectivity, social subjection and mechanical servitude.

Keywords: Macro-micropolitics. Continuing training. Social subjection and mechanical servitude.

1 Entre a macro e micropolítica

Deleuze e Guattari (1996, p. 90) salientam que “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica”. A contribuição dos referidos autores situa-se na compreensão de que a reflexão se faz necessária ao considerar que a discussão política encontra aporte na dimensão plural do molar e molecular, entre a macro e micropolítica. “O princípio de que ambas as dimensões estão permanentemente entrelaçadas nos conduz ao entendimento de que não se deve substituir a análise macropolítica pela micropolítica” (Ferreira Neto, 2015, p. 401), pois ambas coexistem.

A micropolítica, pensada por Deleuze e Guattari, é a política que está nas relações que são estabelecidas cotidianamente com as pessoas, com os grupos ou instituições que fazemos parte, na maneira de falar com o outro e consigo mesmo. É, também, uma determinada postura que assumimos diante de outras pessoas, da realidade, do mundo e de nós mesmos. Ou seja, tem a ver com a vida e suas múltiplas formas de conexões, pois é nela que realizamos a micropolítica, que não pode ser pensada dissociada do conceito de macropolítica, entendida como a política oficial, aquele registro em que se faz política institucional e que se inserem as organizações que estruturam a Educação conforme parâmetros governamentais generalizados.

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

Embora reconheçamos a coexistência da macro e micropolítica, este artigo apresenta uma breve análise documental da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e do Programa “Educar pra Valer”, adotado pelo município de Vila Velha – ES, no contexto de uma macropolítica que se pauta em um sistema de produção do mundo capitalista, que busca controlar e moldar a formação para a adequação às demandas do mercado, pautadas por competências e habilidades. Assim, partimos da seguinte problematização: as políticas de formação continuada podem ser entendidas como máquina de rostidade que (com)formam e produzem sujeição social e servidão maquínica?

Os intercessores teóricos da Filosofia da Diferença convidados para fazer parte desta análise são Deleuze, Guattari, Lazzarato, dentre outros, que nos ajudam a argumentar como as políticas de formação continuada agem na tentativa de bloquear processos de singularização e instauram processos de individualização no interior da produção de subjetividade capitalística, da sujeição social e da servidão maquínica.

2 Entre a sujeição social e a servidão maquínica: a máquina de rostidade

Segundo Lazzarato (2014), com base em Guattari, uma das principais características de produção na sociedade capitalística é a tentativa de bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização, a partir de dois dispositivos: a sujeição social e a servidão maquínica. A sujeição social busca nos prover de uma subjetividade individual, “[...] atribuindo a nós uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade” (Lazzarato, 2014, p. 17) e a servidão maquínica age sobre os níveis pré-individual e supraindividual, atuando através da dessubjetivação. Enquanto a sujeição social fabrica e distribui lugares e papéis dentro da divisão do trabalho e para ela, produzindo um “sujeito individuado” ou “sujeito econômico” (Lazzarato, 2014), na servidão maquínica, o indivíduo é

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

considerado uma “[...] engrenagem, uma roda dentada, uma parte componente do agenciamento ‘empresa’, do agenciamento ‘sistema financeiro’, do agenciamento mídia, do agenciamento ‘Estado de bem-estar social’ [...]” (Lazzarato, 2014, p. 28) e de seus equipamentos coletivos, a saber, escolas, hospitais, museus, teatros, televisão, internet etc.

Ao nos inculir uma subjetividade, como sexo, nacionalidade, profissão e território, estamos impregnados de papéis e lugares estabelecidos pela conjuntura social, que foge de qualquer percepção individual, mas que “[...] constitui uma armadilha significativa e representativa à qual ninguém escapa” (Lazaratto, 2010, p. 168). Logo, a ideia de Deleuze e Guattari se fundamenta no princípio de que o capitalismo produz uma subjetividade em nós, pois “[...] as máquinas e agenciamentos maquínicos estão por toda a parte” (Lazaratto, 2014, p. 18).

Os autores diferem em relação à teoria que afirma que essa sujeição social, ou o processo de subjetivação das ideias capitalistas, se dê através da ideologia. De acordo com Deleuze e Guattari, o conceito de ideologia não é suficiente para explicar os processos de subjetivação voluntária que, nos dias de hoje, impregnam as relações humanas. Conforme os autores, os sujeitos estão submetidos a uma forma de poder dominador que produz sobre a classe dominante um desejo. Em linhas gerais, o capitalismo incute na classe dominada uma mínima, mas imperativa, distribuição desigual da força de poder, em que ser professor, ser engenheiro, ser médico, ser mecânico, ser pessoa pública impõe-se como um privilégio sobre outras classes subordinadas: ser aluno, ser pedreiro, ser paciente, ser dono de um veículo, ser consumidor; embora em todas as funções sociais que o capitalismo impõe aos sujeitos admite-se gozar deste desejo de dominador e colonizador do outro através do poder.

Podemos afirmar, assim, que o capitalismo age nos indivíduos não por uma questão ideológica, cuja exegese estaria associada a um não-saber e uma involuntariedade impregnada em nossas ações, mas sim através de cargas de desejo, em que desejamos pertencer aos grupos dominantes, obter seus valores, vantagens e, conseqüentemente, ficamos empobrecidos dos nossos próprios desejos.

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

Neste sentido é que Deleuze e Guattari (2012) afirmam que a produção de subjetividade ocorrerá por meio da sujeição social, já que o indivíduo se submete a uma identidade (ditada pelo capitalismo) e investe seu desejo sobre um poder. Logo, atualizando as considerações pós-estruturalistas sobre a ideologia, Deleuze e Guattari propõem que a sujeição social não se trata de um engano promovido ideologicamente pelo poder dominador, mas sim uma forma de satisfação do desejo de dominar e de obter o objeto que o capitalismo incutiu nos sujeitos como sendo objeto desejante, de forma que, ao obtê-lo, integra-se a esse poder dominador.

Deleuze e Guattari (2012) ainda apontam que a produção de subjetividade ocorre por meio de outro mecanismo, diretamente, e ao mesmo tempo, relacionado à sujeição social: a servidão maquínica.

Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como sujeito (capital humano ou empresário de si). Ao contrário, ele é considerado como uma peça, como uma engrenagem, como um componente do agenciamento “empresa”, do agenciamento “sistema financeiro”, do agenciamento mídia, do agenciamento “Estado Providência” e seus “equipamentos coletivos de subjetivação” (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet, etc.). O indivíduo “funciona” e é submetido ao agenciamento do mesmo modo que as peças de máquinas técnicas, que os procedimentos organizacionais, que os sistemas de signos, etc. (Lazzarato, 2010, p. 169).

5 Ou seja, a servidão maquínica advém de um processo capitalista que não compreende o sujeito em sua individualidade, e pior, o percebe como apenas uma das tantas outras peças e mecanismos de funcionamento para a produção do capital. Com isso, Lazzarato admite que, na servidão maquínica, o indivíduo não é mais sujeito, mas uma engrenagem agenciada por outros setores e órgãos do capital.

Conforme explica Lazzarato (2010), no capitalismo os sujeitos são peças componentes de máquinas técnicas, agenciados por setores do capital, passando a existir em um sistema de comunicação homem-máquina, cuja relação ocorre mutuamente. Na sujeição maquínica, o homem é individualizado de forma a não se opor à máquina, mas trabalhar com ela e mesmo havendo comunicação homem-homem, essa é intermediada pela máquina-objeto para a

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

execução do trabalho; não há, logo, espaço para a interação, se trata apenas de comunicação entre as peças (humanas e maquínicas) que desenvolvem o capital.

Destes dois processos a que os indivíduos estão submetidos no mundo capitalístico, a educação funciona meramente como uma máquina a ser operada, em que os sujeitos que a fazem funcionar não percebem as amarras que os prendem em processos de subjetivação que não são os seus, que não foram discutidos, que não produzem ecos suficientes na escola a qual os programas de formação são adotados.

De acordo com Lazzarato (2010), estes dois processos agem para a produção de uma subjetividade que prende os sujeitos em individualidades que ferem suas vivências cotidianas, já que se afastam da realidade local e ilude a percepção com desejos por objetos jamais alcançáveis. “Na servidão maquínica reside a novidade, o segredo e a potência específica do capitalismo, enquanto a sujeição social é um modo de governo da subjetividade que ele herdou de outras formações sociais e adaptou por inteiro às suas finalidades” (Lazzarato, 2010, p. 170).

A este processo de individualização dos sujeitos conforme os desejos do capitalismo, Deleuze e Guattari (1996) apresentaram o conceito de rostidade, o qual acreditamos ser pertinente à nossa discussão. Segundo os autores, para além do conceito comum sobre o rosto como face, a rostidade, grosso modo, está relacionada às formas coaguladas pela subjetividade em que várias linguagens se interpõem: aquelas que acreditamos que somos e as demais que nos foram atribuídas. Nessa perspectiva, “os rostos não são primeiramente individuais, eles definem zonas de frequência ou de probabilidade, delimitam um campo que neutraliza antecipadamente as expressões e conexões rebeldes às significações conformes” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 36). Logo, o capitalismo produz rostos específicos conforme seu processo de sujeição social, ou seja, especificidades, comportamentos, maneiras de vestir, falar e agir, manipuladas e alienadas a serviço da produção do capital.

Para Deleuze e Guattari compreender como são formados “os rostos” é essencial, pois a rostidade traz significância, assentada na linguagem produtora de ordenação. Mas, mais do que possuir um rosto, nós nos introduzimos em um. Para nos situar em relação à máquina

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

abstrata de rostidade, os autores apresentam o sistema muro branco-buraco negro: o duplo eixo significação-subjetivação. “A significância não existe sem um muro branco sobre o qual inscreve seus signos e suas redundâncias. A subjetivação não existe sem um buraco negro onde aloja sua consciência, sua paixão, suas redundâncias” (Deleuze; Guattari, 1996).

Deleuze define “muro branco” como sendo uma forma criada para significar as definições do “ser” e torná-las significantes. Ou seja, é uma forma que prescreve e enrijece o significante coletivo. Consentidamente (voluntário ou involuntário) criam-se dualidades codificantes que representam os rostos. Já Guattari, traz o conceito de “buraco negro” como sendo o centro de Poder, que opera na subjetividade, possibilitando a interpretação do significante coletivo dando-lhe significado. Todos os dois conceitos se cruzam, tornando a rostidade uma máquina abstrata que identifica desvios e promove agenciamentos.

Dessa forma, a rostidade apoiada em significantes/significados é a máquina que opera delegando sensação de validação separativa. O que é válido e o que não é será designado pela rostidade, determinando inclusive, lugares de “ser e estar” desses desvios identificados. Quando isso acontece, é a máquina da rostificação em plena operação. Assim, o conceito de "rostidade" refere-se à fixação social e institucional que molda identidades e comportamentos em conformidade com as normas protegidas. O "muro branco" é uma metáfora que representa as estruturas rígidas e opressivas que cercam e limitam a vida dos indivíduos, dificultando a expressão de suas singularidades. Já o "buraco negro" é um termo utilizado para descrever a sensação de esgotamento, aniquilação e alienação causada por tais estruturas.

7

Os conceitos discutidos até aqui, sobre sujeição social, servidão maquínica e rostidade ressoam fortemente em processos de formação continuada e nos ajudam a compreender a problemática de nosso artigo. Muitos agentes educacionais, sejam eles professores, pedagogos ou diretores estão envolvidos no processo de ensino sem a produção de uma análise que extrapole as razões pelas quais desenvolvem suas ações na escola. Isso decorre de uma produção social que faz com que se incorpore em muitas práticas escolares enredos que não valorizam ou explorem a diferença. Essa tarefa é ainda mais problemática quando se observa a

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

aquisição do poder público por modelos de ensino pré-estabelecidos ou tidos como sinônimo de “sucesso”, por ter alcançado índices que satisfazem a lógica capitalista, a saber, descritores educacionais, avaliações institucionais externas e redução de evasão etc. Porém, ao não considerar a diferença, a macropolítica sustenta um currículo padronizado e descontextualizado, assim como a formação docente.

Poderíamos dizer, ainda, que este modelo de formação continuada, global, generalizante e aplicável engessa o trabalho docente em um mecanismo em favor da macropolítica, operando sobre sistemas que não valorizam a subjetividade dos alunos e também dos trabalhadores da educação, em benefícios do alcance dos índices numéricos instituídos como satisfatórios para a aprendizagem. Isso nos faz deduzir que a BNC-Formação Continuada e os modelos de formação, tais como o “Educar para Valer”, adquirido pela rede municipal de Vila Velha (ES), que visam a aniquilação das subjetividades, fortalecem a produção de professores e pedagogos em uma posição de servidão maquínica, já que passam a agir como apenas uma peça nessa grande engrenagem que é o capitalismo, gerando e produzindo mão de obra não intelectualizada, diminuída em suas referências subjetivas e apenas producentes para que o sistema opere com eficiência, obtendo resultados satisfatórios conforme estabelecido pela megamáquina capitalística.

3 A política nacional de formação continuada e o Programa “Educar pra Valer”

A política nacional de formação continuada, instituída pela Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, (Brasil, 2020) dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores, que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquiúica*Ludimila Barreto Andolphi**Rayvo Viana do Nascimento**Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni*

É importante ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais, articuladamente com a BNC-Formação Continuada, têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC). Assim, a formação docente (inicial e continuada) implica no desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes. Para que as aprendizagens essenciais – consideradas como direito de todos –, sejam asseguradas na Educação Básica, “[...] os professores devem desenvolver um conjunto de competências profissionais que os qualifiquem para colocar em prática as dez competências gerais [...] da BNCC” (Brasil, 2019, p. 15).

Temos visto, aqui no Brasil, o tripé característico das reformas de cunho neoliberal que, segundo Ball (2001), aponta para políticas educacionais marcadas por intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores, com forte influência de grupos privados e a produção de novas subjetividades.

Um dos princípios norteadores das políticas de Formação Continuada de Professores para a Educação Básica é o “reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional” (Brasil, 2020). Considerados como “responsáveis prioritários”, aos professores recai o peso da responsabilização pelo sucesso ou fracasso da aprendizagem, que devem ter competências específicas e engajamento para promover equidade e avanço na aprendizagem dos alunos.

A BNC-Formação Continuada (Brasil, 2020), assim como a BNCC-Formação Inicial (Brasil, 2019), é formada pelas competências gerais e específicas para a docência (e as habilidades a elas correspondentes), e são compostas por três dimensões: conhecimento, prática e engajamento profissionais. Em relação ao conhecimento profissional, o documento apresenta que este “[...] não está desvinculado da prática profissional, por isso é tão importante que o currículo da formação de professores privilegie o que os futuros professores devem ‘saber’ e

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica*Ludimila Barreto Andolphi**Rayvo Viana do Nascimento**Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni*

‘saber fazer’ (Brasil, 2019, p. 16). Vemos aqui uma perspectiva instrumental de conhecimento em sua relação com competências, habilidades e desempenhos. Assim, a BNC-Formação é um dispositivo que submete o professor/ pedagogo a uma modelagem da máquina capitalística e seus mecanismos de sujeição social e servidão maquínica fazendo operar uma (con)formação.

Afirmamos que o trabalho pedagógico docente envolve, sim, conhecimento sobre a profissão, teorias pedagógicas, metodologias possíveis de serem usadas durante o processo de ensino e está tomado de um engajamento, uma vez que o professor/pedagogo atua para a formação dos sujeitos, mas a concepção presente nestas três dimensões descritas na BNC-Formação reforça a responsabilização do docente sobre os sucessos ou fracassos existentes no sistema educacional brasileiro, suprimindo questões que atravessam a escola, como por exemplo, a desvalorização da profissionalidade docente, a falta de infraestrutura nas escolas, etc.

A proposta de formação continuada adotada pela Secretaria de Educação de Vila Velha - ES, em 2022, tem como referência o programa “Educar pra Valer” (EpV), de iniciativa da Associação Bem Comum, uma organização sem fins lucrativos, que afirma ter como objetivo, dentre outros, “contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação”.¹ O programa EpV, em parceria com a Fundação Lemann, oferece “assessoria técnica gratuita aos municípios partícipes para apoiá-los na implementação de boas práticas de gestão”.

De acordo com o *site*, o programa EpV nasceu a partir da experiência de sucesso da reforma educacional do município de Sobral (CE) ocorrida há quase 20 anos. O município cearense enfrentou grande problema estrutural na educação pública, com taxas elevadas de evasão escolar, aumento da distorção idade-série dos alunos, baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) etc., que são problemas que configuram um cenário alarmante, mas característico da realidade de muitos municípios brasileiros. Em 2007, o grupo executivo

¹ <https://abemcomum.org/#sobre>

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquiânica*Ludimila Barreto Andolphi**Rayvo Viana do Nascimento**Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni*

também ajudou a estruturar o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)² na Secretaria de Educação do Ceará.

A experiência em Sobral tem inspirado outros municípios do Ceará e de outros estados brasileiros, em um processo chamado de “sobralização” da educação brasileira, ou seja, trata-se de um modelo que induz uma vontade universalizadora, baseada na meritocracia, na competição, na aplicação da lógica gerencial privatista, orientada por resultados. Na esteira do empreendedorismo e da responsabilidade social empresarial, os projetos que buscam qualidade na educação ecoam no centro da relação entre público e privado no campo das políticas educacionais. Dessa forma, muitos municípios, dentre eles, Vila Velha – ES, fez uma parceria de trabalho, ao ajuntar-se ao modelo proposto, e a partir de então direcionar as formações dos profissionais da educação, principalmente, dos anos iniciais, para receberem orientações e protocolos no desenvolvimento do trabalho pedagógico com vistas à superação das dificuldades pedagógicas referentes ao processo de ensino-aprendizagem da rede.

Para efetivar sua atuação no campo educacional, a Associação Bem Comum criou o programa “Educar pra Valer”, em 2018, com atividade em cinco municípios brasileiros. Em 2019, ocorreu a expansão para mais 18 municípios, totalizando 23. Em 2021, a previsão era de seleção de mais 25 municípios (7 em janeiro e 20 em setembro), totalizando 48 municípios. A proposta consiste na promoção de cinco eixos básicos: Gestão da rede, Gestão pedagógica, Formação, Acompanhamento e Sustentabilidade. O município de Vila Velha fez o acordo de parceria em 2021 recebendo, a partir de então, todo o suporte da equipe da Associação Bem Comum para a implementação e acompanhamento do Programa Educar pra Valer, que aqui recebeu o nome de “Alfabetiza Vila Velha”.

²PAIC: Programa criado inicialmente para o estado do Ceará em parceria com a UNICEF e instituições da sociedade civil e, mais tarde, expandindo para outros estados. Teve por finalidade o estabelecimento de condições necessárias, para que os alunos cearenses chegassem ao 5º ano do ensino fundamental sem distorção de idade, série e com o domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-paic/>

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

O Secretário de Educação, na época, se pronunciou, dizendo: “Estive em visita no município de Sobral, no Congresso do EpV, e observei que as escolas têm estrutura inferior as nossas, mas o trabalho tem dado certo por causa do monitoramento e acompanhamento, portanto, é importante acompanhar os indicadores para alcançarmos a qualidade do ensino”. A educação, assim, tem sido voltada para os indicadores, não levando em consideração todas as variáveis que fazem parte do processo educacional. O próprio material das formações traz como fundamentação os questionamentos e respostas utilizados na experiência de Sobral como se fossem modelo aos demais municípios.

A Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) está presente em quinze estados do país. Conforme informações do *site*, são 15 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Amapá, Paraná, Paraíba e São Paulo, 3.271 municípios, com um total de 197.950 professores e mais de 47.640 escolas públicas (estaduais e municipais) de anos iniciais em atendimento. A missão é “garantir o direito à educação de qualidade e alfabetização de todas as crianças na idade certa de forma efetiva, equitativa e sustentável durante todo o ciclo educacional”, sob o financiamento da Fundação Lemann, Instituto Natura, Banco Itaú e Fundação Vale.

Diante da evidente e crescente relação entre setores privados da sociedade com o setor público, questionamos: Quais são os interesses que instituições sem fins lucrativos podem ter em comprometer-se com a qualidade da educação no país? Sob que concepção de ensino de qualidade se está discursando? Quem está deixando de ter a responsabilidade para atribuí-la ao setor empresarial?

A cristalização de hábitos na escola e a padronização dos modelos de avaliação captados de outras experiências, principalmente daquelas fomentadas pela iniciativa privada e seus fins mercadológicos que desconsideram as subjetividades nos conduzem a pensar que a adoção de um modelo formativo suficientemente capaz de dar conta dos problemas educacionais, na verdade, funciona como ferramenta de uma servidão maquínica (ou agenciamento maquínico),

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

já que não se objetiva formar um indivíduo que pense, que crie, mas sim um sujeito em redes de agenciamentos que apenas produz (Lazzarato, 2010).

Ao serem incorporados nas escolas públicas, os projetos de formação da iniciativa privada, tais como o Programa “Educar pra Valer”, criam agenciamentos que se combinam a outros agenciamentos de modo a conduzir a uma individualização dos sujeitos (sujeição social) e a sua desindividualização (servidão maquínica). Muitos programas de formação de professores/pedagogos visam a unidade, a generalidade, como se todos tivessem as mesmas condições de alcançar as metas obtidas em outras regiões, sem considerar os fatores que atravessam especificamente cada localidade, que é essencialmente diferente.

Percebemos, assim, que o programa se inclina em dimensionar os objetivos neoliberais, arraigados nos ditames do empreendedorismo e da meritocracia propostos pela iniciativa privada, sem que as subjetividades sejam consideradas como potências para uma nova prática de ensino. Isso perigosamente contribui para o afunilamento da percepção dos sujeitos em sua condição de sujeição social, uma vez que inibe o diálogo sobre as questões subjetivas de cada indivíduo e os iguala como se todos os envolvidos na ação fossem responsáveis pelo alcance dos índices educacionais estabelecidos pela macropolítica. Além disso, a aquisição de programas educacionais sem a compreensão da realidade ou do contexto torna o sujeito ainda mais enraizado numa servidão maquínica, uma vez que ele passa a ser apenas uma peça de uma engrenagem para o alcance de uma meta, desconsiderando o trabalho humano em suas especificidades e as subjetividades dos envolvidos no processo educacional (aluno, família, professores, pedagogos, sociedade).

Em Vila Velha, o Programa “Educar Pra Valer” (EpV) tem a participação da equipe do ES em Ação³ e representantes da Associação dos Empresários de Vila Velha (ASSEVILA).

³ De acordo com o site, a entidade teve inspiração em organizações do Ceará e de Santa Catarina. Em articulação com agentes públicos e privados, o trabalho do Espírito Santo em Ação se estrutura a partir dos eixos: Social (Educação); Econômico (Gestão pública e eficiente) e institucional (Formação de lideranças). Disponível em <https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/>

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

Neste município, o programa ganha outra denominação passando a se chamar “Alfabetiza Vila Velha”, que determina como resultados: elevar o percentual de crianças no nível adequado em Língua Portuguesa e Matemática, consolidar a alfabetização até os sete anos de idade e melhorar o fluxo escolar reduzindo o abandono e aumentando a aprovação. Busca, também, implementar um modelo sistêmico de intervenção que apresenta aos profissionais as etapas do Programa: gestão da rede, sustentabilidade e comunicação, por meio da formação, avaliação e acompanhamento (ou seja, conhecer, implementar e avaliar).

Indo no encalço do que preconiza o modelo adotado em Sobral, o Alfabetiza Vila Velha prevê aplicação de avaliações, acompanhamento e monitoramento dos resultados para agir de acordo com o que apontam os índices visando alcançar posições mais elevadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

(In)conclusões... é possível um outro mundo?

A relação entre a produção no mundo capitalista e a pedagógica é complexa, mas pode ser resumida como a de um sistema de produção que busca controlar e moldar a formação dos sujeitos para se adequarem às demandas do mercado e do poder. Vemos que há uma responsabilização do docente sobre os índices de aprovação/reprovação, regulados pelas avaliações internas e externas, sob a orientação das propostas de formação continuada, tal como acontece na rede municipal de Vila Velha – ES. E como dito anteriormente, tais formações evidenciam os objetivos neoliberais e do empreendedorismo, financiados pela iniciativa privada, desconsiderando as subjetividades como potência para processos aprendentes, currículos e docências.

Se pensarmos nos processos maquínicos elaborados por Deleuze e Guatari (1996), talvez estivéssemos diante do confronto da realidade como estrutura universal representada pela formação institucional e os agenciamentos, arranjos e conexões rizomáticas (Lazzarato, 2010). Se a realidade não é aquilo que está lá fora à espera de ser decifrada e sim um processo de produção, podemos admitir que as políticas de formação e o modelo do município de Vila Velha

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquiânica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

com sua visão privatista chega com rigidez e consegue construir padrões. No entanto, a partir do que parece fechado em si mesmo surge uma nova conexão, muitas vezes minúscula, que abre a possibilidade da invenção nas frestas de uma estrutura.

Dessa forma, o sujeito pode utilizar desse espaço de rostidade que lhe garantiu certo poder para ser afetado e afetar outras realidades, produzir outros desejos e não reproduzir a subjetividade dominante. Sobre esse lugar é que a formação continuada deve garantir seu funcionamento, no espaço de uma micropolítica ativa que reflita sobre a realidade, as subjetividades locais e produza um currículo e processos formativos coerentes às ações cotidianas praticadas na escola para o fortalecimento das singularidades. A isto Guattari e Rolnik (1996, p. 46) denominaram de revolução molecular, que “[...] consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo”.

Para se pensar a formação continuada como uma revolução molecular é necessário reconhecer que essa ação requer um sujeito livre. Isso significa dizer que apenas com liberdade, discernimento e reconhecimento da sua realidade e de suas condições de vida é que o sujeito terá condições suficientes de revoltar-se/insurgir-se contra as condições de vida que o prendem. Guattari e Rolnik (1996) consideram que, para além das relações sociais, há um processo (macroprocessos) que ocorre com cada indivíduo e sua percepção com o mundo, tocado por diferentes fatores, que podem ensejar para a “produção” de um novo tipo de subjetividade, que se singulariza e que encontra as vias de sua especificação” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 49). Um ponto essencial que os autores tocam está na necessidade de “[...] criação de seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, [...] inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 50).

Nesta perspectiva, é que deduzimos que os processos de formação continuada devem engendrar subjetividades, de modo que operem para além da ordem de dominação molar, de linhas duras e fixas, que fortaleça as singularidades dos sujeitos que participam da ação

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquiânica

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

educativa, onde os espaços, condições de trabalho e as suas cartografias sejam fatores a repercutir no processo formativo.

Entretanto, podemos inferir que a Formação Continuada do Município de Vila Velha advinda do programa “Educar Pra Valer” oferecida pela Secretaria de Educação do município de Vila Velha (ES), com base na BNC-Formação Continuada, a partir das estratégias privatizadas e privatizadas, afasta-se (mas não impede) das produções coletivas de invenção dos cotidianos escolares, ainda que a relação de forças existente entre a macropolítica quanto a micropolítica concomitantemente, busquem “[...] linhas de fuga, de atravessamentos de muros, da saída de buracos e de se conectar com outras linhas no sentido de aumentar suas valências (DELEUZE, 2006).

E, afirmamos, que sim, outros mundos são possíveis!

Referências

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 99-116, dez. 2001. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 26 out. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019.

A formação continuada em meio aos dispositivos de sujeição social e servidão maquina

Ludimila Barreto Andolphi

Rayvo Viana do Nascimento

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Volume 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Volume 5. São Paulo: Editora 34, 2012.

FERREIRA NETO, João Leite. **Micropolítica em Mil Platôs**: uma leitura. Psicologia USP [on-line]. 2015, v. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-656420140009>>. Acesso em 3 out. 2023.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ N-1 edições, 2014.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LAZZARATO, Maurizio. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Caderno de subjetividade**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP; São Paulo, 2010.